

Bancos aprovam novo perfil

ROBERTO CUSTÓDIO
Da Sucursal

São Paulo — Os banqueiros brasileiros aprovam a intenção do Banco Central de alongar a dívida interna através da emissão de novos títulos de longo prazo, mas avaliam que antes de tomar decisão desse tipo, o Governo precisa definir política de real combate à inflação e ao déficit público, para restaurar a confiança do investidor nesse tipo de aplicação.

Essa posição foi manifestada pelo presidente da Federação Nacional dos Bancos Brasileiros, Antônio Pádua Rocha Diniz, ao revelar a disposição dos banqueiros de apoiar o alongamento da dívida com emissão de títulos, em estudos na diretoria de dívida pública do Banco Central. Para o banqueiro, essa política só dará resultados se o Governo conseguir convencer a sociedade, no caso os aplicadores, de que quer reduzir seu déficit e, por consequência, a inflação gerada pelo financiamento da dívida interna. "O que é fundamental é o controle da inflação, restabelecendo a confiança de todos. Depois, é preciso atacar as causas dos déficit, gerado principalmente pelos gastos acima da arrecadação do Governo", disse Rocha Diniz, explicando que se o Governo deixar de pressionar fortemente o mercado financeiro, poderá ocorrer uma queda nas taxas de juros. "A verdade é que se diz que os juros estão a 500 por cento ao ano, mas a inflação está em 490 por cento. Assim, os juros reais estão em 10 por cento. O que assusta todo mundo porém são os juros nominais elevados, gerando um clima psicológico ruim", acrescentou.

O banqueiro não acredita que o investidor seja atraído para aplicações com títulos públicos de longo prazo, no momento em que a economia dá claros sinais de incerteza e as regras para o País, de uma

forma geral, ainda serão definidas pela Constituinte nos próximos meses. O investidor nesse instante, observou, está preocupado em não perder para a inflação, procurando dessa forma as aplicações de curto e curtíssimo prazos. "Todos investidores e aplicadores estão inseguros porque não sabem o que ocorrerá na economia nos próximos meses. Há uma inflação elevada, que ameaça subir mais, e como não pretende perder dinheiro, as aplicações ficam mesmo no curto prazo", disse.

Rocha Diniz entende porém que o governo está estudando alternativas para atração do investidor, entre as quais a tributação diferenciada para taxa líquida da aplicação para operações de longo prazo, o que permitiria o alongamento da dívida sem maiores consequências imediatas para o mercado financeiro. Segundo ele, há outras medidas de caráter técnico em estudos no BC com o objetivo de tornar atraente esse tipo de aplicação de longo prazo.

Na área da indústria, a preocupação é com as altas taxas de juros que inviabilizam novos investimentos já que o dinheiro obtido junto aos bancos sai caro porque os banqueiros exigem rentabilidade superior à inflação para continuar rolando a dívida interna. A avaliação do departamento de informações, cadastro e estatísticas da Fiesp, é de que o setor teve perda de investimentos em torno de 4 por cento do PIB em 87, em função basicamente da indefinição econômica e do quadro de elevação das taxas de juros. Em compensação, a Fiesp admite que muitas empresas não perderam dinheiro porque mantiveram aplicações no mercado financeiro, gerando distorções na real finalidade do setor. Em consequências o nível de atividades industriais caiu 0,7 por cento em 87 e o nível de emprego deverá sofrer redução de 25 mil vagas no primeiro trimestre de 88.